



# **Tribunal de Contas do Estado do Acre**

## **Secretaria das Sessões**

**MISSÃO:** *Garantir a regular e efetiva gestão dos recursos públicos e incentivar a participação do cidadão no exercício do controle social.*

### **A C Ó R D ã O Nº 6.331**

**NATUREZA DO FEITO:** Processo nº 12.046.2008-70-TCE.  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas da Câmara Municipal de Plácido de Castro, exercício de 2007.  
**RESPONSÁVEL:** Senhor **Edvaldo da Costa Melo**.  
**RELATOR:** Conselheiro **Antônio Jorge Malheiro**.

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Reajustes irregulares nos valores dos subsídios e pagamentos a título de diferenciação salarial, através de verba de representação, ao Presidente e ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora. Irregularidade. Condenação. Devolução. Aplicação de multa. Arquivamento do processo.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **A C O R D A M** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1)** considerar **irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Plácido de Castro, exercício orçamentário e financeiro de 2007, de responsabilidade do Senhor Edvaldo da Costa Melo – Presidente, com fulcro nas alíneas “b” e “c” do inciso III, do art. 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em virtude de reajustes irregulares nos valores dos subsídios, e ainda, face a pagamentos, a título de diferenciação salarial, através de verba de representação, ao Presidente e ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora, que violam os princípios da anterioridade e da legalidade previstos nos art. 29, inciso VI e art. 39, §4º, ambos da Constituição Federal, respectivamente; **2) condenar** o gestor a devolver ao Tesouro Municipal os valores pagos a mais em virtude dos reajustes irregulares nos vencimentos dos vereadores, no valor de R\$ 10.830,24 (dez mil, oitocentos e trinta reais e vinte e quatro centavos) e pelo pagamento irregular de verba de representação no valor de R\$ 6.857,40 (seis mil, oitocentos e cinquenta reais e quarenta centavos), totalizando a quantia de **R\$ 17.687,64** (dezessete mil, seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), no prazo de 30 (trinta) dias, de tudo dando ciência a esta Corte de Contas; **3) aplicar multa** ao gestor de 10% (dez por cento) sobre o total dos valores a serem devolvidos, a ser recolhida ao Tesouro Estadual, no prazo de 30 (trinta) dias, de tudo dando ciência a esta Corte de Contas. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** do processo.-----

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco – Acre, 30 de setembro de 2009.

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**  
Presidente do TCE/ACRE.

Conselheiro **ANTÔNIO JORGE MALHEIRO**  
Relator

Fui presente:

**MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA**  
Procurador-Chefe do M.P.E/TCE/ACRE.

Av. Ceará, 2994, Jardim Nazle – Rio Branco – Acre – Cep.: 69.907-000  
Telefone: (68)3025-2039 – Fonefax: (68)3025-2041 – Email: pres@tce.ac.gov.br